

**RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA: EQUIDISTÂNCIA
PRAGMÁTICA E A BUSCA PELA AUTONOMIA NACIONAL
(1930-1961)**

**RELATIONS BETWEEN BRAZIL AND GERMANY: PRAGMATIC EQUIDISTANCE AND
THE SEARCH FOR NATIONAL AUTONOMY (1930-1961)**

**LAS RELACIONES ENTRE BRASIL Y ALEMANIA: EQUIDISTANCIA PRAGMÁTICA Y
LA BÚSQUEDA DE LA AUTONOMÍA NACIONAL (1930-1961)**

Claudia Santos

Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Uninter

Karla Lisandra Gobo

Doutoranda em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas. karlagobbo@gmail.com

RESUMO

O tema proposto neste presente artigo refere-se ao estudo das relações entre Brasil e Alemanha no período de 1930 a 1961. O trabalho está dividido em três partes. A primeira parte consiste nas relações estritamente comerciais e econômicas entre Brasil e Alemanha. A segunda parte retrata o cenário político interno e os seus reflexos na política externa dos governos de Getúlio Vargas, Eurico Dutra e Juscelino Kubistchek. A terceira parte compreende uma análise geral dos pontos levantados ao longo do artigo por meio das teorias de relações internacionais, realismo e liberalismo. O intuito da pesquisa foi o de contribuir para que o leitor conhecesse mais profundamente a relação germano-brasileira e pudesse refletir sobre a conexão Brasil e Alemanha em relação à política externa. Dessa forma, o leitor estaria apto a responder a problemática central do presente trabalho, de perceber como o Brasil utiliza a Alemanha como alternativa viável para obtenção de seus interesses. Não se trata somente da autonomia brasileira, mas também do seu processo de industrialização em um cenário em que os Estados Unidos se impõem como hegemonia mundial. A partir de uma revisão bibliográfica, foram averiguados os dados que abordassem aspectos relacionados ao tema. Além disso, tais dados poderiam descrever, de forma precisa, o posicionamento do Brasil quanto à política externa do período.

Palavras-chave: Relação Brasil e Alemanha. Equidistância pragmática. Autonomia. Política externa. Teoria das relações internacionais.

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA: EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA E A BUSCA PELA AUTONOMIA NACIONAL (1930-1961)

ABSTRACT

The theme proposed in this article refers to the study of the relations between Brazil and Germany from 1930 to 1961. The work is divided into three parts. The first part consists of strictly commercial and economic relations between Brazil and Germany. The second part depicts the internal political scene and its reflexes in the foreign policy of the governments of Getúlio Vargas, Eurico Dutra and Juscelino Kubistchek. The third part comprises a general analysis of points raised throughout the article by means of theories of international relations, realism and liberalism. The aim of the research was to provide the reader deeper knowledge about the relation between Germany and Brazil so that the reader could reflect on the Brazil and Germany connection in foreign policy field. In this way, the reader would be able to respond to the central problem of this work, to understand how Brazil uses Germany as a viable alternative for obtaining its interests. It concerns not only the Brazilian autonomy, but also its industrialization process in a scenario in which the United States impose themselves as world hegemony. From a literature review, data that addressed aspects related to the theme were verified. In addition, such data could describe, in a precise manner, the positioning of Brazil in relation to the foreign policy of the period

Key words: Relation between Brazil and Germany. Pragmatic Equidistance. Autonomy. Foreign Policy. Theory of international relations.

RESUMEN

El tema propuesto en este artículo se refiere al estudio de las relaciones entre Brasil y Alemania en el período 1930 a 1961. El trabajo se divide en tres partes. La primera parte consiste estrictamente en las relaciones económicas y comerciales entre Brasil y Alemania. La segunda parte describe la escena política interna y sus reflejos en la política exterior de los gobiernos de Getúlio Vargas, Eurico Dutra y Juscelino Kubistchek. La tercera parte incluye un análisis general de las cuestiones planteadas a lo largo de todo el artículo por medio de las teorías de las relaciones internacionales, realismo y liberalismo. El objetivo de la investigación es contribuir para que el lector conozca más profundamente la relación germano-brasileña y pueda reflexionar sobre la conexión Brasil y Alemania con respecto a la política exterior. De esta manera, el lector estaría en condiciones de responder a la cuestión central de este trabajo, para entender cómo Brasil utiliza la Alemania como una alternativa viable para obtener sus intereses. No se trata sólo de la autonomía brasileña, sino también de su proceso de industrialización en un escenario en el que los Estados Unidos se impone como hegemonía mundial. De una revisión de la literatura, se comprobaron los datos que abordaron aspectos relacionados con el tema. Además, esos datos podrían describir, de una manera precisa, el posicionamiento de Brasil, como la política exterior de la época.

Palabras-clave: Relación Brasil y Alemania. Equidistancia pragmática. Autonomía. Política externa. Teoría de las relaciones internacionales

INTRODUÇÃO

A relação econômica de via particular entre Brasil e Alemanha muda a partir do século XIX, mais precisamente nos anos 30 com a imigração de Alemães que trabalhavam e residiam no Brasil, tornando-se necessária uma representação de defesa destes perante o Estado¹. Com a expansão cafeeira brasileira refinam-se as relações com a Alemanha, propiciando um relacionamento econômico estável, e até mesmo uma relação diplomática.

O que permite uma maior aproximação entre Brasil e Alemanha no período pós-guerra, foi a rápida reconstrução econômica assim como a do cenário internacional pela Alemanha. Outro fator relevante é o desenvolvimentismo industrial que começava a aparecer com mais força no Brasil². A cooperação entre esses dois países levou a Alemanha a adquirir um status primordial de parceria econômico-financeira e comercial. Brasil e Alemanha não se encontram ligados apenas a aspectos econômicos e comerciais, mas também tecnológicos, científicos e culturais. Nos anos 30, e após a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha adquire um papel imprescindível para o país, já que este se mostra um grande parceiro no projeto desenvolvimentista industrial. Mas neste processo os Estados Unidos também têm papel essencial para os interesses brasileiros, visto que este também têm grandes probabilidades de atendê-los com investimentos para o desenvolvimento industrial e econômico do país.

A escolha do período que compreende 1930 a 1961, decorre da importância da revolução de 30 e sua reorganização do Estado como uma força nacionalista que permite reavaliar a sua relação de dependência, e incita a busca por sua autonomia mesmo em meio à sua dependência com os Estados Unidos, através da industrialização.

¹ Com a vinda dos Alemães para o Brasil e introdução destes na indústria, é necessário que se criem leis que resguardecam seus direitos trabalhistas em território brasileiro. A política governamental trabalhista proposta por Vargas que começa em 1930 com a criação do Ministério do Trabalho, traz consigo “leis de proteção ao trabalhador, de enquadramento dos sindicatos pelo Estado, criação de órgãos para arbitrar conflitos entre patrões e operários” (FAUSTO, 2008, p.187).

² Com a destituição de Washington Luís da presidência e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o até então foco centralizado nos interesses agrários agora passa a ser o industrial; este é um modelo de política nacional desenvolvimentista que surge no Brasil e que visa a sua industrialização e desenvolvimento, “o incentivo à industrialização foi muitas vezes associado ao nacionalismo, mas Getúlio evitou mobilizar a nação em uma cruzada nacionalista.” (FAUSTO, 2008, p. 203).

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA: EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA E A BUSCA PELA AUTONOMIA NACIONAL (1930-1961)

Em face dessa realidade, Letícia Pinheiro (2004, p. 23) salienta que o Brasil se utilizou de uma política de aproximações alternadas e simultâneas entre os Estados Unidos e a Alemanha, denominada pelo termo cunhado por Gerson Moura, equidistância pragmática, e que teve como seu específico objetivo a sua autonomia.

Com esses propósitos, este estudo questiona: como o Brasil se beneficia das relações Brasil-Alemanha, visto que seu principal objetivo é um distanciamento da influência norte-americana que impera sobre o país e a procura por sua autonomia no cenário internacional.

O tema pesquisado decorre de questões levantadas ao longo da formação acadêmica na graduação, quando se passou a observar as Relações Exteriores do Brasil. Surgiram questionamentos de como a relação Brasil e Alemanha não se torna mais significativa do que a relação e a influência dos Estados Unidos para com o Brasil. Em face da realidade existente, nota-se em alguns períodos de governos da história do Brasil, uma maior inclinação às ideologias e às relações de comércio com a Alemanha, mas que em alguns governos torna-se ínfima em relação a uma aproximação com os Estados Unidos que por ventura lhe poderiam oferecer mais benefícios.

Após analisar criticamente artigos e livros sobre o assunto, compreendem-se as intenções bilaterais e multilaterais do Brasil em Relação à Alemanha e aos Estados Unidos, e os interesses recíprocos destes países em manter relações estreitas com o Brasil. Seu estudo está relacionado às Relações Internacionais pelo fato de abordar relações políticas e comerciais exteriores de extrema importância para a condução do cenário global, em que as relações exercidas entre os países é que determina os seus interesses, seu grau de desenvolvimento e a sua integração, visto o seu papel como membro de uma sociedade global em que se fazem necessárias relações de cooperação.

Dessa forma, a pesquisa visou colaborar para uma maior especificação dos fatos que regem a relação Brasil e Alemanha, sobre uma estrutura composta por três partes: 1. Relações Econômicas: Brasil e Alemanha no Comércio Exterior, e o estudo da relação tão próxima que o Brasil travou com a Alemanha principalmente a partir do período de 1930 a 1961, na esperança de um maior crescimento comercial e industrial para a possibilidade de se adquirir notoriedade e autonomia no cenário internacional. 2. A Política Externa e o Paradigma Desenvolvimentista, que tem como objetivo apresentar os modelos de Política

Externa apresentados por Vargas, Dutra e Juscelino Kubistchek, analisando períodos de maior ou menor aproximação com a Alemanha. 3. Teoria das Relações Internacionais e a Política Externa (1930-1961), tendo em vista a análise a partir de duas Teorias de Relações Internacionais, o Realismo e o Liberalismo, a fim de interpretar os fatos apresentados ao longo deste artigo.

Relações Econômicas: Brasil e Alemanha no Comércio Exterior

A relação Brasil-Alemanha surge no século XIX quando há um grande período de imigração; “Se acrescentarmos as descendências, então alcançaremos um total de aproximadamente 900 mil pessoas de origem germânica (...) no início dos anos 30”. (SEITENFUS, 1980, p. 626). A relação econômica do Brasil e da Alemanha anterior a 1930 fora enfraquecida devido à primeira guerra mundial. Uma relação diplomática mal resolvida entre o Rio de Janeiro e Berlim em 1920 também dificultou a interação entre os dois países.

A crise de 1929 teve consequências tanto para o Brasil quanto para a Alemanha. No caso do Brasil, os preços do café caíram drasticamente e o pagamento da dívida externa fora suspenso; isso aconteceu logo após a implantação do governo Vargas que vai de 1930 a 1945. Com uma procura por novas possibilidades de mercado para exportação, a partir de então diversos acordos bilaterais foram feitos, mas somente no período de 1934-1935 “a política brasileira deixará de lado suas aspirações liberais e igualitárias, transformando se numa política realista e mesmo oportunista”. (SEITENFUS, 1980, p. 628), aguçado, a partir disso, um maior interesse da Alemanha pelo Brasil e um maior aprimoramento da diplomacia brasileira. A Alemanha enfrentava uma limitação na disponibilidade cambial em praças estrangeiras e o fato de ter que impedir uma prostração súbita com relação a grande quantidade perdida em marcos de ouro e moedas estrangeiras, fez com que se estabelecesse uma fiscalização severa para com o comércio estrangeiro. Por conta da condição de ambos os países, Alemanha e Brasil se integraram

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA: EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA E A BUSCA PELA AUTONOMIA NACIONAL (1930-1961)

na intenção de reestabelecer esta relação. Em 1935 as relações Brasil e Alemanha se fortificam. A Alemanha, colaborando com o investimento financeiro e tecnológico, poderia obter matéria-prima do Brasil. Em 1936 o acordo é formalizado e aumenta a exportação à Alemanha de café e algodão. O governo instaurado na Alemanha era o de Adolf Hitler, chamado Reich. O primeiro acordo foi “(...) um esquema de pagamento bilateral mediante compensação (cleaning) de marcos (ASKI-mark), cujo valor se limitava à realização de compras na Alemanha”. (BANDEIRA, 1994, p. 39). O interesse da Alemanha no Brasil era de importar matérias-primas, assim como produtos da colônia, no caso o café. Havia também um interesse em adquirir matérias-primas produzidas no Brasil, mas que não eram comercializadas e vendidas nos Estados Unidos, como o arroz e a carne. Este aspecto colocou o Brasil em uma situação conflitante em relação à teoria liberal de comércio dos Estados Unidos em que o Brasil, como país mais favorecido, deveria assegurar que dois países ao reduzirem tarifas frente ao acordo de tarifas e comércio estendem-se aos demais países contratantes. Porém Vargas não se via em condições de dispensar uma parceria com um país que se encontrava apenas abaixo dos Estados Unidos e da França na lista de países importadores. Os benefícios não decorriam apenas de importações, mas também de permuta de instrumentos bélicos.

O acordo de marcos de compensação teve como resultados: “No caso do Brasil, a participação da Alemanha nas suas exportações subiu de 13,3 em 1934, para 16,5, em 1935, enquanto seu percentual nas importações pulou de 14,02% para 20,44% no mesmo período”. (BANDEIRA, 1994, p. 41). Em 1936, Getúlio Vargas anuncia que pretende continuar com o acordo de compensação e que apesar de os Estados Unidos tentarem impedir, por entenderem aquele ato como uma ação antimultilateral e contra o expansionismo do comércio mundial, Getúlio Vargas continua firme na sua escolha que de um todo favorecia muito a Alemanha que cada vez mais conquistava seu espaço no território brasileiro.

De fato a Alemanha em pouco tempo se tornou o maior país fornecedor para o Brasil, e o fato de o Brasil possuir alemães e alemães brasileiros, que contribuíam para a economia fosse como consumidores ou como comerciantes, foi muito importante. A postura do Brasil em 1937 era muito próxima econômica e politicamente com a Alemanha, mas com a adoção de uma campanha nacionalista das colônias alemãs no Brasil, acabasse

desse modo por tocar na pilastra de sustentação Brasil-Alemanha no Brasil. A entrada de Oswaldo Aranha ao ministério das Relações Exteriores em 1938, reafirma o objetivo do governo a favor da nacionalização, sendo a reclamação da Alemanha contra isso, a sua baixa influência nas colônias alemãs no Brasil, principalmente as do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A relação de tensão entre Ritter (RFA) e Aranha se torna tensa, assim como a dos dois países até as vésperas da Segunda Guerra Mundial. A crise do Brasil com o Eixo traz um processo de americanização ao Brasil a partir de 1939. Quando na véspera da guerra o principal interesse acaba por se tornar o interesse nacional impulsionado pela ideia de “um povo e uma língua” adotada por Getúlio Vargas e a influencia de Oswaldo Aranha na proximidade com os Estados Unidos, acaba-se por restringir suas relações com os países do Eixo. Essa ligação com os Aliados é reforçada em 1942 quando o Brasil resolve encerrar relações comerciais e diplomáticas com os países pertencentes ao Eixo.

A aviação brasileira tinha grandes empresas alemãs no controle de transporte aéreo. Com a Grã-Bretanha e sua política de adquirir produtos advindos das próprias colônias e os Estados Unidos de transações de lucro imediato, a Alemanha inovou com uma política mais branda e desenvolvimentista. Na renovação do acordo em 1937, a Alemanha pretendia aumentar as quantidades exportadas pelo Brasil, tendo como interesse aumentar a escala de exportação para “estabelecer em lugares convenientes da Europa grandes depósitos como medida de precaução na eventualidade de uma guerra”. (BANDEIRA, 1994, p. 44). Mas o Brasil tratou de impor limites às exportações. Com a expansão da Alemanha com a incorporação da Áustria e a invasão da Tchecoslováquia, o Brasil saiu beneficiado com a probabilidade de obter armamentos para a marinha e o exercito brasileiro que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha se recusavam a prover. A relação econômica Brasil-Alemanha se expande ao âmbito político com as relações diplomáticas. Mas em 1938, no Brasil, a parte dos setores que pendiam a favor dos Estados Unidos suspenderam as ações de marcos compensados e a Alemanha que agora se via como um país potencialmente maior e mais produtivo por conta da Áustria começou a espalhar aos demais países seu acordo de moedas compensadas, produzindo ainda a promulgação de propagandas induzindo ao não consumo de café. E no Brasil havia a ideia de que os nazistas tinham planos de desanexar do Brasil três Estados do sul para formar uma Alemanha Antártica, e assim muitos alemães receberam ordem de

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA: EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA E A BUSCA PELA AUTONOMIA NACIONAL (1930-1961)

regressar à Alemanha. Esta conduta advinha da pressão nacionalista dos Estados Unidos, mas que em 1939 o Brasil volta a ter relações em moedas compensadas com a Alemanha. Porém, seu interesse não era apenas comercial, mas o de pressionar os Estados Unidos na autorização da liberação de crédito para a construção da Siderúrgica Estatal de Volta Redonda. Os Estados Unidos analisando a situação e prevendo uma possível inclinação militar brasileira em favor do III Reich levou Franklin Roosevelt, até então presidente dos Estados Unidos, a ceder e disponibilizar o crédito ao Brasil. Neste período os Estados Unidos pretendiam guerrear com a Europa, e devido à grande dependência econômica brasileira em relação à economia norte-americana, o Brasil encontrou-se atado perante alguns fatos, como a interrupção do comércio alemão que impossibilitava o recebimento de armamento para o Brasil. Getúlio Vargas discursa no seguinte trecho “em defesa do direito fundamental que nos cabe de promovermos a nossa própria segurança, libertando-nos da tutela que se arrogam os grandes em face dos pequenos desarmados”. (BANDEIRA, 1994, p. 49).

Em 1941, o Brasil disponibiliza aos Estados Unidos bases aéreas e navais na região litoral do Atlântico sul, também por receio de uma tomada armada da região nordeste do Brasil. Em 1942 as relações com o Eixo foram cortadas em apoio moral aos Estados Unidos pelo ataque a Pearl Harbor³. E na intenção de maiores benefícios com os Estados Unidos foi enviada uma força expedicionária brasileira à Itália para ajudar na batalha.

Quando a Segunda Guerra Mundial acabou foi organizado um projeto emigratório de alemães especializados ao Brasil para que contribuíssem para a indústria brasileira, pois com a introdução de máquinas era necessária uma mão-de-obra técnica. Porém a Alemanha, que fora derrotada na guerra, precisava se reerguer e com os investimentos maciços na indústria alemã, por parte dos Estados Unidos, eles não podiam desperdiçar esse tipo de mão-de-obra (*Know-how*). A ruptura de relações diplomáticas com a URSS pelo Brasil em 1947 tornaram as coisas mais complicadas em razão dos sistemas capitalistas e comunistas. Ainda em 1947, Harry Truman, colocou-se a favor de

³ Esta atitude não foi vista com bons olhos pela Alemanha que assim como a Itália afundaram navios mercantis brasileiros. O estado de neutralidade brasileiro já não suportava mais as pressões, então o Brasil declara guerra a dois países do eixo, Alemanha e Itália, já que o Japão não havia afundado nenhum de seus navios, demonstrando assim única e exclusiva atitude de contra-ataque, não de propensão a planos militaristas americanos. No âmbito econômico o Brasil proibiu investimentos alemães e cortou relações com a Krupp.

ajudar militarmente, politicamente e economicamente os países ameaçados pela ditadura do proletariado, ou seja, os anticomunistas. Além disso, instaurou-se o plano Marshall, um programa de reconstrução Europeu, que deu um grande impulso à economia industrial alemã. Para os Estados Unidos “o grande objetivo da política americana era pôr a Alemanha no trabalho intenso para que ela pudesse bastar-se a si mesma e colaborar na tarefa de salvar a Europa do comunismo”. (BANDEIRA, 1994, p. 57). Em 1949 a Alemanha é dividida entre República Federal da Alemanha (RFA) capitalista e República Democrática Alemã (RDA) comunista. A Alemanha ocidental mostrava sua recuperação econômica em níveis elevados em 1950 com a sua produção de aço, e a partir de então as coisas só passaram a melhorar e o seu crescimento foi inacreditável, sendo até sua inserção no mercado internacional um choque para a Grã-Bretanha. Foi o chamado Milagre Alemão.

No governo de Eurico Dutra (1946-1951), vislumbrando-se com o liberalismo americano, deixou-se levar por importar muitos carros de luxo americanos entre outras coisas, o que resultou em uma crise na qual o Brasil mais importava do que exportava, tornando assim restrita a entrada de carros americanos no Brasil. Este aspecto tornava a relação Brasil-Alemanha vantajosa do ponto de vista brasileiro, já que a nossa exportação deveria aumentar e a Alemanha seria um bom lugar para escoar a produção. A aliança Brasil-Estados Unidos nunca trazia benefícios em troca, como por exemplo, o corte de relações diplomáticas com a URSS que nada o Brasil recebeu em favor aos Estados Unidos. Com a reeleição de Vargas (1951-1954) as críticas ao governo Dutra foram pesadas, primeiro por investir tanto dinheiro no exterior com importações e também com relação os Estados Unidos por terem investido tanto dinheiro na reconstrução da Alemanha e nada no desenvolvimento do Brasil. A partir disto o Brasil começa a adotar um modelo de política externa mais nacionalista e que preza pelos seus interesses. A intenção era uma “aproximação intensa e multiforme (...) com a Alemanha, demandando (...) um esforço persistente e dedicado para que essa aproximação se faça da maneira mais rápida e completa”. (BANDEIRA, 1994, p. 71).

O Brasil prevendo um conflito Estados Unidos x URSS, decidiu acelerar o processo industrial brasileiro, facilitando então a entrada de empresas alemãs. As médias e grandes empresas vindas da RFA tinham grande interesse em promover investimentos no Brasil, mas só fariam “Se obtivessem condições satisfatórias de rendimento,

amortização e retorno dos capitais aplicados, após a abertura de suas filiais”. (BANDEIRA, 1994, p. 114). A região escolhida para polo industrial seria Minas Gerais onde havia grande quantidade de minério do qual a Alemanha necessitava, assim como as exportações para o Brasil também eram bem vindas, visto os menores preços e condições. Com o empenho brasileiro em transformar matérias-primas em manufaturados, em 1953 Vargas decide aceitar apenas peças automobilísticas e não carros prontos para que houvesse a possibilidade de um produto produzido em território nacional. Com a proposta de nacionalização de produção, empresas como a Volkswagen e Mercedes-Benz instalaram suas fábricas em São Paulo. O único país que poderia ajudar na especialização e industrialização do Brasil, e até mesmo fornecer capital, era a Alemanha. Os investimentos alemães foram principalmente motivados pela “existência no Brasil de estrutura moderna capaz de desenvolver projetos com parceiros estrangeiros, além de vantagens comparativas em termos de mão-de-obra e disponibilidade de recursos naturais” (NETTO, 1994, p. 106). A relação comercial Brasil e Alemanha caracteriza-se ao longo do tempo por altas e baixas, ou seja, momentos de “retração e Expansão”. A Alemanha tinha grande interesse em executar um projeto no Brasil para produção de urânio enriquecido que serviria para a produção de uma bomba atômica. A montagem aprovada por Getúlio Vargas foi feita secretamente, e como localidade teve Petrópolis em São Paulo. A política de governo de Getúlio Vargas era nacionalista e previa “monopólio estatal do petróleo, projeto de nacionalização das empresas de energia elétrica (Eletrobrás), limitação das remessas de lucro para o exterior e outra.” (BANDEIRA, 1994, p. 94). A sua ideia era oposta aos planos dos Estados Unidos, assim como era conflitante com a oposição do governo.

Com a aprovação de um reajuste salarial de 100% sobre o salário mínimo aos trabalhadores, as elites e empresários não aceitaram de bom grado a decisão e, com o atentado ao opositor de Vargas, Carlos Lacerda, no qual rumores dizem ter envolvimento de Vargas, há um movimento a favor da renúncia do presidente. Porém, no dia 24 de agosto de 1954, Vargas comete suicídio. As manifestações populares em favor de Vargas e contra os Estados Unidos eram grandiosas e Café Filho ao assumir o Poder (1954-1955), promete manter as políticas sociais iniciadas no governo Vargas. A mudança de governo também mudou as relações com a Alemanha já que o atual governo pendia mais para o

lado dos Estados Unidos. Uma das medidas foi a diminuição da quantidade disponível para importação de café pela RFA, que tinha como justificativa os interesses nacionalistas. Com Juscelino Kubitschek na presidência (1956-1961) e a visita à Alemanha antes da eleição, fez com que se fortalecessem os laços entre o Brasil e a Alemanha, e ele conseguiu apoio para a sua candidatura. A proposta de uma relação estritamente comercial com a RDA da Alemanha Oriental já começa a ser pensada em 1954 e em 1955 uma audiência é marcada para dar início às comercializações. A RDA não tem interesses apenas em comprar, mas também vender para o Brasil e assim, em 1959, um escritório comercial da RDA é criado no Brasil, com a permissão de Juscelino Kubitschek.

A Política Externa e o Paradigma Desenvolvimentista

Com a queda do Estado Oligárquico, no qual “o personalismo – ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e tempo – conseguiu abolir as resistências liberais, assegurou-se, por essa forma, uma estabilidade política aparente”. (HOLANDA, 1995, p.183), pois, com a revolução de 1930 houve uma reorganização da classe dominante e dirigente dentro das instituições.

O período que compreende a década de 1930 é caracterizado pela manifestação brasileira em relação à sua posição no cenário internacional, e por um maior desenvolvimento interno, assim como colocar em primeiro plano os interesses nacionais, levando em consideração os seus recursos disponíveis e o contexto global. A industrialização influencia na Política Externa no sentido de aumento nacional da riqueza, a busca por mercado para a burguesia nacional crescente, o aumento da massa urbana e a necessidade eminente de aumentar a empregabilidade nas cidades, assim como propiciar a modernização brasileira. Já a política nacional molda-se de acordo com a nova classe dirigente, assim como o alinhamento com o interesse nacional e o maior planejamento para barganha e negociações para superação de desigualdades. O projeto nacional desenvolvimentista é algo comum a todos os atores do Estado, apesar de

divergirem no modo pelo qual este iria ser apresentado, ou pela autonomia nacional, ou por meio de capital internacional. Um tem o viés mais protecionista, o outro mais liberalista. Portanto pode-se dizer que “os anos posteriores à Revolução de 30 [...] cria condições para o desenvolvimento do *Estado Burguês*”. (IANNI, 1971, p.13) e com a ascensão de industriais, empresários, agricultores, militares e intelectuais, o objetivo de Vargas torna-se de algum modo atender todos estes interesses que de certa forma não convergem entre si.

“De qualquer forma, tanto antes de 1930, mas sobre tudo depois, a preocupação com o exterior não é a questão predominante” (VIGEVANI, 1996, p.66), esta afirmação se faz intimamente ligada ao fato da revolução de 30 e a nova classe dirigente que, como Vargas, pouco sabia sobre o assunto. Este aspecto levou o Itamaraty a deixar-se levar pelo comércio exterior que se encontrava em crise por causa de 1929. Após uma tentativa liberalista de procura de mercado consumidor, em 1934 o Brasil adota o pragmatismo, a partir do qual surge a Alemanha como grande parceiro. Este período também entrelaça o pan-americanismo e as relações diplomáticas com a América Latina, apresentando uma relativa intensificação diplomática brasileira. Esse papel diplomático também serve, na segunda guerra, para angariar apoio aos aliados e quebrar relações com o Eixo.

Para Amado Luiz Cervo a mescla entre associacionistas que pregavam mais o ocidentalismo e os independentes que pregavam o universalismo, denota que o período de 1930 a 1989 gera equilíbrio e tem como efeito importante a conversão da “política exterior em política de Estado, acima de regime, governo e partido”. (CERVO, 2011, p.49). Isso gera uma autonomia política e uma economia nacional fortificada, ou seja, apesar de o país render-se ao investimento de capital estrangeiro, têm em suas mãos as rédeas da direção autônomas. Compreende-se a ascensão da classe média e a consolidação da democracia com a constituição de 1946 que propunha uma abertura política.

Apesar da relação preferencial tida com os Estados Unidos, o Brasil muito se aproxima da Alemanha, com o qual adota o acordo de marcos de compensação. No período que precede a Segunda Guerra Mundial há um flerte com o nazi-fascismo, o que muda com a ascensão norte-americana, e o maior alinhamento com os Estados Unidos, sendo uma das características de governo o anti-mobilizacionismo, já que o sindicalismo proposto por Vargas nos anos 30 era estatal e se repreendia as ações contra o governo.

Esse alinhamento com os Estados Unidos mostra o completo desinteresse em identificar-se ou alinhar-se com os países do Eixo, até mesmo para não desagradar ou balançar sua relação com os Estados Unidos, assim como o que o Brasil almejava de benefícios desta sociedade. O período da Segunda Guerra Mundial se caracteriza pela entrada da FEB a favor dos aliados na Itália e a espera de dividendos por parte dos Estados Unidos, pelo esforço na ajuda da guerra. Mas logo após, também há a reafirmação do Brasil como país terceiro mundista e subdesenvolvido. A segurança nacional encontrava-se muito ligada à doutrina nacionalista de desenvolvimento, no qual a base militar brasileira advinha dos dividendos de guerra, como por exemplo, o alinhamento com os Estados Unidos na guerra que propiciaria a vinda de artigos bélicos ao país. “De acordo com Vargas e dos militares que o assessoravam, a segurança passava pela industrialização e esta pela implantação da grande siderúrgica” (CERVO, 2011, p.128).

O objetivo do Estado Novo instaurado por Vargas em 1937 era o de tornar o governo uma instituição forte, dotada de liberdade de ação, “como forma de deter os efeitos dispersivos dos “particularismos de ordem local” e as “influências desagregadoras internas ou externas” que ameaçavam a soberania nacional”. (DINIZ, 2007, p.97). É o período em que as novas forças sociais incorporam à política de forma efetiva, levando em consideração a nova proposta de desenvolvimento e economia que não mais era pautada sobre as oligarquias agroexportadoras e suas premissas governamentais. Essa hegemonia estatal, que surge de 1937 e que vai até 1945, busca resguardar as posições econômicas emergentes e os interesses das burguesias industriais que surgiam.

A figura dos militares no período de 1930 a 1945 se configura como uma ideologia que buscava a reavaliação da força do estado e da nação, trazendo como argumento principal o nacionalismo como sinônimo de progresso e desenvolvimento, com a defesa dos interesses nacionais. Essa “política do exército” levantada pelos militares levou até certo ponto a indagar o até então General Goés Monteiro sobre a sua posição pró-nazista, e este se defende ao dizer que: “eu nunca admirei Hitler; eu admirava, sim, os generais alemães” (VIRGEVANI, 1996, p.67). Essa política nacionalista do período direciona a política externa à busca de compra de armamentos e fortalecimento do Estado. Em 1938

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA: EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA E A BUSCA PELA AUTONOMIA NACIONAL (1930-1961)

as relações com a Alemanha mostram seu êxito, visto que neste ano também ocorre o acordo de marcos de compensação e compra de armamento.

Com a ascensão de Hitler ao poder em 1933, e as relações Rio de Janeiro-Berlim, mostram uma relação econômica, política e militar muito próxima à Alemanha. O aumento da produção de algodão no Brasil favorecia a Alemanha que tinha como objetivo importar matérias-primas, assim como a Alemanha se mostra uma opção para seus objetivos que era o de industrialização, no qual a Alemanha poderia oferecer investimento e tecnologia; ambas se complementavam de acordo com seus interesses. É quando a Alemanha adota em sua prática, os marcos de compensação, em que dentro de acordos bilaterais, quando um país vende à Alemanha, este obrigatoriamente compra da Alemanha. Este sistema também se aplica às relações germano-brasileiras.

Com a denúncia do Brasil sob a cláusula de nação mais favorecida entre 1930 a 1932, Brasil e Alemanha apenas formalizam suas relações. Em 1936 se permite então o sistema de quotas que duraria um ano e poderia ser renovado, no qual o Brasil exportaria toneladas de algodão e café que não poderiam ser reexportados. De 1935 a 1937 o Brasil ganha grande destaque frente ao comércio exterior alemão.

Na questão ideológica e política, ao mesmo tempo em que se forma em 1935 o Eixo com Alemanha e Japão, no Brasil ocorre a tentativa de um golpe contra Getúlio Vargas denominada intentona comunista⁴. Neste período ocorria no Brasil uma grande operação anticomunista e a preocupação com as colônias alemãs no Brasil se tornam eminentes devido à preocupação de influência de autoridades alemães nazistas nestas colônias. Questões como racismo e nacionalismo ao extremo são características que marcam o governo de Hitler, e o problema de se identificar os cidadãos em alemães ou brasileiros geram dificuldades, já que havia núcleos nazistas ao sul do país que pregavam a ideologia nacional-socialista. A partir de 1934, com Hans von Cossel no comando do Partido Nazista no Brasil, esta estratégia se intensifica.

⁴ O Objetivo da Aliança Nacional Libertadora (ANL) era o de tomar o poder e defender ideais comunistas como: não pagamento da dívida externa e reforma agrária. Devido à desorganização dos revolucionários, a revolta falha e não ganha apoio popular como previam, sendo assim Luís Carlos Prestes é preso assim como outros simpatizantes, dentre eles intelectuais e militares. “O episódio de 1935 teve sérias consequências, pois abriu caminho para amplas medidas repressivas e para a escalada autoritária” (FAUSTO, 2008, p.198).

“Até fins de 1937, a política externa do Rio de Janeiro é marcada pela improvisação e ausência de linha de conduta” (SIITENFUS, 1996, p.145). Com a instauração do Estado Novo em 1937 e a proibição de partidos políticos nacionais que tinham como objetivo controlar qualquer tentativa de estrangeiros de perturbar a ordem social e política do Brasil, também assume o cargo em 1938, Oswaldo Aranha como ministro das Relações Internacionais. Oswaldo Aranha se mostra completamente pró-aliado e pretende uma aproximação com os Estados Unidos. A tentativa alemã de continuar a ter seu partido político no Brasil, a NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães), era de ampliar o seu poder junto às autoridades do país para negociar e continuar com os acordos.

A postura anti-alemã de Vargas instiga Karl Ritter até então diplomata alemão. Em seu relatório para Wilhemstrasse ele relata:

Após ter excluído a existência de “uma antipatia pessoal contra a Alemanha e os alemães”, Ritter concluiu que a atitude de Vargas explica-se pelo fato de “que ele está obcecado pela ideia de eliminar as diferenças étnicas que existem na população brasileira e criar uma raça brasileira [sic] homogênea, com uma língua e uma única cultura”. (SIITENFUS, 1996, p.125).

O golpe integralista⁵ de 1938 deixa as relações Germano-brasileiras ainda mais tensas devido à possível participação ítalo-germânica no golpe, mas que no final, por conta de falta de provas concretas, o Brasil retira as acusações sobre a Alemanha. Mas as relações e distorções diplomáticas com a Alemanha pouco se refletem no âmbito comercial, pois ainda em 1938, com a anexação da Áustria à Alemanha, as exportações de algodão do Brasil aumentam. As Relações políticas e economias ligadas à Alemanha colocam as relações econômicas criadas entre Brasil e Estados Unidos, como o do

⁵ “O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico.” (FAUSTO, 2008, p.194), era favor da soberania do Estado sobre a economia assim como era contra o capitalismo financeiro, com valores que incitavam a unificação da nação a AIB (Ação Integralista Brasileira) previa uma mobilização política do povo e a tomada do poder. Por conta disso ocorre a tentativa de depor o presidente com a invasão ao Palácio da Guanabara.

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA: EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA E A BUSCA PELA AUTONOMIA NACIONAL (1930-1961)

liberalismo econômico e da democracia política, em uma posição delicada devido ao nazi-fascismo crescente.

Apesar do objetivo de Oswaldo Aranha ser atingido em partes, por meio da maior atenção dos Estados Unidos ao Brasil e a criação da Siderúrgica, é apenas em 1939, no início da Segunda Guerra Mundial, que o Brasil irá conseguir obter mais poder de barganha.

O período que compreende o governo de Dutra de vai de 1946 a 1951, demonstra um grande caráter liberalista da política econômica, intimamente ligada ao aspecto também da Guerra Fria. A política externa deste período do seu governo é vinculada a partir de dois aspectos, o primeiro é o de luta anticomunista internacional e o segundo é o alinhamento vertical ou ideológico com os Estados Unidos. Os interesses nacionais já não se colocam mais à frente com relação ao desenvolvimento econômico, o que entra em jogo para a realização de objetivos que são os interesses internacionais e o capital estrangeiro. A Política Externa Brasileira do ponto de vista da diplomacia do liberalismo econômico mostra o seu funcionamento com relação ao desenvolvimento do Brasil ligado a um alinhamento imperial protagonizado pelos Estados Unidos.

[...] o governo Dutra é triplamente culpado de, cedendo às pressões das “forças reacionárias”, haver operado a ilegalização do PCB, ter ordenado o rompimento de relações com a “pátria do socialismo” e, sob cobertura da “solidariedade hemisférica”, ter alinhado a política externa do Brasil aos desígnios do imperialismo norte-americano. (ALMEIDA, 1996, p.174).

Na política cambial do país, o liberalismo durou até 1947 quando o controle de cambio é feito a partir do confisco fiscal e o acordo de substituições de importações. Com a criação do GATT (Acordo geral de tarifas e comércio) as exigências tanto dos países desenvolvidos quanto dos países subdesenvolvidos eram atendidas. No caso do problema dos países em desenvolvimento, o GATT propõe no Artigo XVII “ajuda do Estado em favor do desenvolvimento econômico”. Porém, é somente a partir de 1955 que há o reconhecimento de que os problemas de balança de pagamento, por exemplo,

tendem a ser causados por esforços de desenvolvimento [GATT, 1964]. (ALMEIDA, 1996, p. 192).

No segundo governo Vargas a política econômica está estritamente ligada “As demandas por um desenvolvimento econômico em bases autônomas, aliadas ao pleno funcionamento de uma ordem democrática” (HIRST, 1996, p. 212), tudo isso juntamente com a política econômica que permitia investimento de capital estrangeiro. Logo, com a chegada do presidente ao poder para a sua segunda candidatura, a Política Externa toma uma posição mais precisa com relação às relações Estados Unidos-Brasil. Novamente a política externa torna-se condizente aos interesses nacionais, assim como a procura por um maior reconhecimento brasileiro frente aos Estados Unidos, em nome da solidariedade ocidental. Este nacionalismo instituído por Vargas atrapalha um pouco o relacionamento com os Estados Unidos devido ao maior interesse nacional. Prova disto é que:

A influência do nacionalismo, dramatizada pelo suicídio de Vargas, será profunda e se converterá numa constante da sensibilidade política brasileira. “Sua força emotiva terá muito a ver com a desmoralização progressiva do paradigma de Rio Branco”. (RICUPERO, 1996, p.44).

Mas a otimização dos fatores econômicos internos pela iniciativa privada e pelas ações do Estado favoreciam a priori uma construção industrial que permitisse um “projeto nacional autônomo”. (HIRST, 1996, p. 219). Com isso, a busca por uma diversificação na agenda internacional começa a ocorrer primeiramente pelo apoio à descolonização de países como os africanos que representariam posteriormente um aumento de exportação brasileira, assim como a aproximação com países subdesenvolvidos propiciaria uma maior notoriedade no cenário internacional e maior abertura para a multilateralidade.

De 1956 a 1961, o período que compreende o governo de Juscelino Kubitschek (JK), projeta-se um modelo mais bem elaborado de desenvolvimento nacional, com grande importância na democracia e sociedade. Introduce-se novamente o aspecto pragmático e flexibilizante para que se fossem alcançados os objetivos do programa

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA: EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA E A BUSCA PELA AUTONOMIA NACIONAL (1930-1961)

desenvolvimentista da OPA, que necessitava de investimentos externos. Sendo assim, sua política externa é voltada para obtenção destes recursos, especialmente os advindos dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. O governo buscava novamente apoio externo, ao mesmo tempo em que tomava frente junto à América Latina com a OPA⁶, o que seria um Plano Marshall para a América latina.

Com a Operação Pan-Americana de 1954 o Brasil busca “uma maior autonomia diplomática frente aos EUA e a utilização dinâmica da política exterior como instrumento do desenvolvimento econômico nacional” (VIZENTINI, 1996, p. 234). A OPA fracassa pela postura Estadunidense de não admitir inclusão no cenário interamericano ou mundial que não seguisse uma linha de política externa dos EUA. Esta postura não muda mesmo em 1959 quando Fidel Castro assume o poder de Cuba, e os discursos de JK vem a calhar quando diz que “a pobreza gerava subversão” e que “o desenvolvimento seria o melhor antídoto contra a penetração comunista”.

Também em 1954 a economia Européia já se encontra reconstituída e de volta ao mercado, o que ia ao encontro dos planos de JK pois a competição entre o mercado europeu e o americano permitiu ao Brasil uma margem muito maior de investimento privado. A política externa de JK se caracteriza pela capacidade de satisfazer necessidades pelo viés multilateral e mundialista. O projeto econômico inovador de desenvolvimento nacional, também chamado de Plano de Metas, tratava-se de um plano que estimulava atração de capital externo para obtenção de tecnologia, entre outras coisas necessárias, tanto para o desenvolvimento do setor público quanto privado. Muito do sucesso deste plano econômico se dá pelo fato de empresas norte-americanas e germânicas estarem em competição no mercado de trabalho, tanto que a primeira montadora de veículos a instalar-se no Brasil foi uma montadora alemã, a Volkswagen. Nas décadas de 1960 e 1970 “Fábricas de automóveis como a Volkswagen em Anchieta, uma vasta catedral industrial, foram construídas nos subúrbios. Dizia-se que São Paulo

⁶ A OPA “Era o início do multilateralismo regional” (MOURA, 1997), compreendia em uma nova atitude de Política Externa que tinha como objetivo resolver problemas ligados a aspectos comuns a toda América Latina como, por exemplo, o desenvolvimento industrial atrasado. O desenvolvimento dinamizador brasileiro necessitava de uma cooperação internacional que incentivasse não só a ele, mas toda a América Latina.

abrigava mais indústrias alemãs do que qualquer outra cidade do mundo”. (REID, 2008, p. 238).

Dentre os aspectos importantes da política externa de JK, está a volta de relações comerciais com a URSS, e relações bilaterais comerciais com alguns países como a República Democrática alemã, em 1958. Isso devido à ajuda que os países soviéticos prestavam aos países subdesenvolvidos como o envio de tecnologia e produtos industriais em troca da matéria-prima brasileira.

Teoria das Relações Internacionais e a Política Externa (1930-1961)

Tendo como ponto de partida o século XX, busca-se aqui, a partir das Teorias de Relações Internacionais, compreender melhor a Política Externa brasileira dos governos que se estendem de 1930 a 1961. Como base de estudo utilizou-se as seguintes teorias: Realismo e Liberalismo.

Analisando primeiramente a Teoria Realista das Relações Internacionais, é necessário destacar dentro desta corrente os três autores precursores e essenciais: Tucídides, Maquiavel e Hobbes. Tucídides explica a importância de deter o poder, pois além da busca por agregar mais poder há a oportunidade de obter mais benefícios. Então, se um país tem condições de lutar por isso, assim acontecerá e isso acarretará em crescimento militar e econômico, e tornará um país ameaçador aos demais. Quanto aos inferiorizados, há uma eminente busca pela balança de poder, investindo-se em materiais bélicos para manutenção da paz, pois nenhuma nação atacará a outra nestas condições. Mas se esta o fizer poderá acontecer diversos conflitos.

Com relação à segurança, às vezes pode ocorrer por meio da guerra, eliminando deste modo a insegurança e o ganhador garantindo a paz. Esta também é a justificativa de alguns países que entram em guerra. Para os Realistas a sustentação da paz ocorre a partir da Hegemonia, pois esta se utiliza de seu poder para garantir não só a segurança de seu país, mas também a dos seus aliados, tanto segurança física como legal, sendo a sua

legitimidade dada pelo consenso dos seus aliados. Ou seja, para haver hegemonia é preciso a aceitação dos demais, não apenas a tentativa de uma maximização imperialista a todo custo. Este pensamento de segurança por meio de um alinhamento com um país hegemônico é ressaltado pelo Embaixador Oswaldo Aranha quando o Brasil encontra-se tendo relações econômicas tanto com os Estados Unidos quanto com a Alemanha. Segundo Aranha, “a preeminência americana só nos deu paz, auxílio em horas difíceis e saldos em todos os tempos. O alemão não trará saldos, não trará paz e só trará ameaças, cada dia mais claras e sérias.” (MOURA, 1980, p.96).

Outro ponto de vista que pode ser analisado na conduta dos pró-aliados, é a visão do Brasil como Primário-Exportadora, como modo de reestruturar a economia comercial e financeira do país, alinhando-a aos interesses estadunidenses de livre-comércio, na busca por estabilidade.

Essa visão tradicionalista imaginava o desenvolvimento brasileiro em termos de uma ‘complementaridade de interesses’: tratava de estimular no Brasil a “produção de bens primários que ativassem o livre comércio e mantivessem as relações econômicas tradicionais entre os dois países” (MOURA, 1980, p.118).

O foco de Maquiavel é o Estado. Sua explicação se divide na descrição de duas forças, as que oprimem e as que são oprimidas que estão sempre em plena guerra. Há uma relação de dominação e independência e, para garantir a segurança nacional e o bem comum, valem todos os meios, inclusive o da força. No seu livro *O Príncipe*, Maquiavel destaca a ideia de que as alianças não devem ser feitas com potências maiores que a sua, pois elas se estabelecem e as outras servirão de reféns para assegurarem sua hegemonia. O que poderia se aplicar no caso do Brasil e seu alinhamento ideológico com os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, e de que logo após o Brasil acabar reafirmando-se como país subdesenvolvido e agroexportador, este status não se encontrava alinhado aos planos desenvolvimentistas e industriais do Brasil. É então no governo de Juscelino Kubistchek que se adota uma Política Externa e econômica mais multilateral e há o surgimento da OPA que busca junto aos Estados Unidos obtenção de mais investimentos para a América Latina.

Hobbes acredita que o homem é bom por natureza e tem sua própria liberdade. Mas, a partir do momento que ele vê o que o outro tem, e é mais que o dele, então ele a cobiça e se tornam rivais. Na visão de Estado, a sugestão é que houvesse uma repreensão do Estado de natureza de cada país em expandir seu poder e assim buscar um equilíbrio de Poder. No Realismo, o ator principal é o Estado; “os realistas consideram que o Estado é um ator unitário e racional, o que significa que o Estado age de maneira uniforme e homogênea e em defesa do *interesse nacional*”. (NOGUEIRA, 2005, p.25, grifo do autor). Este princípio do Estado como mantenedor da paz interna, provedor da segurança de seus cidadãos em relação aos inimigos externos, faz alusão ao projeto nacional desenvolvimentista de Vargas, que propunha com o Estado novo, fortalecer o Poderio Estado, trazendo uma nova proposta de desenvolvimento, tanto político quanto econômico; “em 1937 o Estado estava sendo preparado para assumir funções econômicas mais complexas e ativas”. (IANNI, 1971, p.46).

O Realismo Moderno tem como precursor Edward H. Carr que explica a segurança internacional como decorrência da força entre Estados. Hans Morgenthau afirma que para haver um equilíbrio de poder é necessário o uso de mecanismos negativos, ou seja, de força, ao contrário do idealismo. Morgenthau classifica o poder como utilizável e não utilizável. O utilizável são os poderes bélicos e o não utilizável é a impossibilidade de uso, visto que ambos possuem a mesma força militar, como a bomba nuclear. Um exemplo é quando, em 1977, o acordo nuclear entre Brasil e RFA é levado em pauta, e o acordo de não proliferação nuclear não é assinado pelo Brasil; as suas razões para a não assinatura, a questão da soberania e do poder que poderia reinar sobre a América Latina por parte dos Estados Unidos. Mas Brasil e RFA permaneciam cientes do seu acordo de utilização de energia nuclear para fins pacíficos. Há também o poder legítimo e o ilegítimo; o legítimo é visto como um ato justificável de autodefesa, e o ilegítimo como os atos ilegais, por exemplo, as guerras expansionistas. A Política de defesa do *status quo* é uma “política externa que visa conservar o poder e evitar mudanças no sistema internacional que alterem sua posição no sistema.” (SARFATI, 2005, p.94). A Política de prestígio é uma ação diplomática que dá sustentação ao Poder do Estado, sendo os elementos do poder nacional: a geografia, os recursos naturais, a capacidade industrial, entre outros.

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA: EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA E A BUSCA PELA AUTONOMIA NACIONAL (1930-1961)

O foco das Teorias das Relações Internacionais no liberalismo, no qual o estudo se torna mais relevante, será quanto ao seu emprego na sociedade internacional. O estudo liberal é caracterizado pelos seguintes atores: indivíduo, sociedade e governo, de nível nacional para internacional. O conceito de liberalismo é centrado na ideia iluminista de liberdade do indivíduo; e como o mercado é composto por indivíduos, isso pressupõe uma não intervenção do Estado na economia, pois para os liberais o Estado intervém de forma negativa. Primeiramente pelo fato de os Estados nacionais atrapalharem as relações de troca criando impostos, e segundo quando os Estados Nações impõem restrições ao livre-comércio. A partir disto surge a teoria de Adam Smith que trata da busca da felicidade por cada indivíduo, que faz com que desperte em cada um o sentimento de busca pelo bem-estar, sendo a sua natureza competitiva, a competitividade de mercado que mesmo individualista provoca um bem-estar coletivo. Ou seja, as ações individuais contam significativamente no mercado como um todo. Seu objetivo é fazer com que as instituições (Estados) sirvam como mantenedores da ordem civil, deixando assim que a economia se desenvolva a um nível internacional. Já com relação à ideologia política,

O sistema de poder americano nascente desde cedo começou a passar à América Latina uma ideologia internacionalista, que suplantava a ideia de defesa nacional dos Estados Unidos e acentuava a solidariedade entre as nações americanas e o respeito à soberania, em nome de um objetivo maior: a defesa hemisférica contra o inimigo externo. Essa ideologia segregada pelo sistema de poder norte-americano se corporificou nos ideias do pan-americanismo. (MOURA, 1980, p.136).

Com um pensamento liberal e racional, a crença em um progresso político e um cenário internacional harmônico, faz ainda mais necessária a importância do governo.

Para os liberais há três pontos essenciais para o cooperativismo: o livre comércio, a democracia e as instituições. O livre comércio trata de um maior relacionamento econômico que gera maior integração e menor uso de força bélica, pois a dependência gera interesses em comum e as trocas geram desenvolvimento econômico criado pela complementariedade de economias. Todos estes traços interdependentes

fazem crescer os interesses em comum num âmbito global. A democracia remete a ideia de Paz Perpétua de Kant, em que por meio de um Direito civil se resguarde os Direitos básicos de cada cidadão, havendo uma constituição cosmopolita que os torna cidadãos da comunidade universal. Para Kant a busca indiscriminada de conquista de territórios e a não atenção dada aos indivíduos é o que caracteriza o Estado de guerra, sendo então a República o melhor regime político graças ao seu maior empenho em atender as necessidades coletivas. As instituições tem o papel de redução de conflitos, tratados sobre o Direito das nações, por exemplo, aparecem no sentido de estabelecer medidas estáveis e pacíficas entre os Estados e, a partir de regras acordadas em comum, é possível a existência de uma estabilidade da ordem mundial.

Nessa linha liberal, quando no período de 1939 a 1945 ocorre a Segunda Guerra Mundial, e acontece no Brasil a chamada “economia de guerra” a partir da qual ao mesmo tempo em que há grande transferência de moeda nacional aos exportadores, há também um aumento proporcional de demanda interna. Em 1942 há a criação de uma Coordenação da Mobilização Econômica com a prerrogativa de orientar em assuntos como: economia, tecnologia e finanças do país. As crises econômicas, sociais e políticas que colocam em evidência as fragilidades do capitalismo brasileiro ao mesmo tempo também propiciam a possibilidade da criação de uma prática planejada de política econômica, elaborada com novas técnicas de ação. É neste contexto de uma tecnoestrutura estatal que se coloca frente a frente o poder político e o poder econômico que, colocado no I Congresso Brasileiro de Economia, ambos tratavam de uma relação interdependente de auxílio mútuo e recíproca dependência, no qual ambas trabalhariam juntas no sentido de direcionar empresas e governo para superação do declínio do comércio exterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o problema principal das reflexões aqui colocadas, os motivos que propiciaram a aproximação e o estreitamento das relações Brasil e Alemanha principalmente a partir da década de 30, compreende a busca do Brasil em reduzir as vulnerabilidades criadas pela dependência com o mercado global e respectivamente pelos Estados Unidos. Deste ponto de vista, percebe-se uma relação entre os dois países de benefícios mútuos já que as duas economias se completavam, tanto no envio de tecnologia, quanto no recebimento de matéria-prima por parte da Alemanha. Outro ponto comum às duas potências era a busca por alianças políticas e econômicas que lhes disponibilizassem segurança, utilizando assim melhor e mais conscientemente a Política Externa. Com relação à equidistância pragmática, poderia ser vista como um aspecto peculiar da conjuntura política brasileira do período, resultado das classes políticas emergentes que se caracterizavam por sua heterogeneidade, o que refletia na Política Externa brasileira.

A Alemanha faz, neste período, investimentos maciços em transportes, envio de material bélico e tinha interesses em manter relações diplomáticas com o Brasil. O que é diferente entre a escolha pelo Eixo ou pelos Aliados, torna-se então a dialética de quem poderia angariar mais ganhos ao Brasil, neste caso com a suscetível aparição dos Estados Unidos no cenário internacional logo após a Primeira Guerra Mundial como possível potência e transfere todos os anseios brasileiros às ideologias estadunidenses. Com o passar dos anos, esta escolha acaba por tornar-se ilusória, e é a partir de então que Juscelino Kubistchek procura uma ação mais multilateral. É quando a Alemanha entra em jogo novamente para o alcance dos objetivos brasileiros de atração de capital estrangeiro.

De acordo com a análise da Política Externa brasileira pelas Teorias de Relações Internacionais, identifica-se de um modo geral uma postura Realista de busca pela soberania de Estado, mas dentro de um regime regional e internacional de cooperação, mesmo que “a cooperação nunca é uma situação isenta de conflitos”. (SARFATI, 2007, p.56). Mas se visualizam as relações sempre diplomáticas do Brasil para solução dos

conflitos. Além da análise realista do ponto de vista doméstico do Brasil, é necessário analisar a sua Política Externa também com relação ao cenário internacional que se caracteriza como dependente, em que se classifica “o sistema de poder uma constelação de Estados, composta de um centro hegemônico (grande potência) e sua respectiva área de influência (Estados aliados e subordinados)”. (MOURA, 1980, p.41). Tendo como referência a importância não só dos Estados Unidos para o Brasil, mas também vice-versa, visto a importância do Brasil na América Latina, a pergunta a se fazer sobre o período seria: será que o Brasil coloca-se como aliado aos Estados Unidos em relação à defesa de uma causa em comum (tornassem hegemônias hemisféricas) ou coloca-se como subordinado em que ocorre uma dependência mútua, uma econômica (de industrialização) do Brasil e uma política (anticomunista) por parte dos Estados Unidos para realização de seus projetos na América Latina? Esta é uma problemática apresentada para outro estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **“A diplomacia do liberalismo econômico”**. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). Crescimento, modernização e política externa, vol. I de Sessenta anos de política externa brasileira: 1930-1990. São Paulo, EDUSP, 1996.

BANDEIRA, Moniz. **O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)**. São Paulo: Ensaio, 1994. 246 p.

CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de; FONSECA JÚNIOR, Gelson. **Temas de política externa brasileira II**. In: NETTO, Thompson Francisco (Org.). **6. Relações Brasil-Alemanha**. São Paulo: Paz e Terra, 1994. 201 p. (Relações Internacionais) p. 103-115

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2011. 297p

CERVO, Amado Luiz. **Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira**. Rev. bras. polít. int. [online]. 1997, vol.40, n.2, pp. 5-26. ISSN 0034-7329. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291997000200001>>. Acesso em: 17 de julho de 2012.

DINIZ, Eli “O Estado Novo: Estrutura de Poder Relações de Classe” in: Fausto, Boris (org) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano, 3º volume: Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, Vol.10-9ª Ed. 2007.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed.; 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2008. 324 p.

GOMES, Ângela Maria Castro. Estado Novo. Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 15.

HIRST, Monica. **A política Externa do Segundo Governo Vargas**. Crescimento, modernização e política externa. In: J. A. Guilhom de Albuquerque (Org.). Sessenta anos de política externa brasileira 1930 -1990. São Paulo: Cultura Editores Associados / NPRI - USP, 1996, pg 211 - 230.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 220 p.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, [1971].

LOHBAUER, Christian. **Brasil, Alemanha: fases de uma parceria, 1964-1999**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2000. 199 p. (Pesquisa; n.19)

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1980.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250 p.

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira: (1889-2002)**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004. 81 p. (Descobrimo o Brasil).

RICUPERO, R. **O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular**. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. Crescimento, modernização e política externa. v. 1. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996

REID, Michael. **O continente esquecido: a batalha pela alma latino-americana**. In: _____. **Sociedades em Mutação**. Rio de Janeiro: Campus, 2008. 396p

SARFATI, Gilberto. **Teorias de relações internacionais**. 3. tir. São Paulo: Saraiva, 2007. 383 p.

STEITENNFUS, Ricardo Antônio Silva (Org.) **O difícil aprendizado de nacionalismo: As relações brasileiras com a Itália e a Alemanha, 1930-1942**. Brasília: Ed. UnB, 1980. 722 p. (Coleção temas brasileiros; 54) p. 623-641.

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ALEMANHA: EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA E A BUSCA PELA AUTONOMIA NACIONAL (1930-1961)

SESSENTA anos de política externa brasileira (1930-1990): crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura, 1996. 388 p.

SOARES, Frederico Lamengo de Teixeira. **Análise econômica da parceria Brasil - Alemanha no contexto das relações entre o Mercosul e a União Européia.** Rev. bras. polít. int. vol.43 no.2 Brasília July/Dec. 2000. Disponível em:

< <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292000000200004> >. Acesso em: 20 de março de 2012.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do governo JK (1956-61). In: Albuquerque JAG, organizador. Sessenta anos de política externa brasileira, 1930-1990 - crescimento, modernização e política externa. São Paulo: USP, Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais; 1996.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Os militares e a Política Externa brasileira: Interesses e Ideologia. In: Albuquerque JAG, organizador. Sessenta anos de política externa brasileira, 1930-1990 - crescimento, modernização e política externa. Vol. I. São Paulo: USP, 1996.